

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: KYR00181

Data: 28.12.90

Pg.: _____

Dinarte Madeiro não acredita que governo extinguirá Funai

O superintendente regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Dinarte Madeiro, contestou ontem a informação de que 84% dos 4.300 funcionários do organismo trabalham nas atividades burocráticas, em Brasília, ou nas superintendências regionais, nas capitais dos Estados. Segundo Dinarte Madeiro, dos 625 servidores que a Funai possui nos Estados do Pará, Amapá e Maranhão — área de jurisdição da superintendência regional — 11% trabalham na sede, 54% nos postos indígenas e 35% nas administrações regionais e Casas do Índio.

Só este ano, 22 funcionários da superintendência regional foram transferidos para várias administrações e postos indígenas do interior, sendo que um deles pediu para retornar à capital, o que foi autorizado por Brasília. "Os funcionários da Funai podem estar mal distribuídos em outros Estados, mas aqui a distribuição está correta", garantiu Dinarte Madeiro.

Política séria

O secretário de Administração, João Santana, deverá apresentar, dentro de 15 dias, um relatório sobre o destino da Funai. Duas hipóteses estão sendo cogitadas: ou a Fundação continua como está, subordinada ao Ministério da Justiça, ou será transformada em secretaria especial, diretamente vinculada à Presidência da República. Dinarte Madeiro disse não ter recebido nenhum comunicado oficial neste sentido, mas afirma possuir informações, de Brasília, que a Funai poderia vir a ser transformada em Secretaria Especial de Assuntos Indígenas. "O que a Funai precisa, realmente, é de uma política indigenista mais



Dinarte: distribuição correta.

séria e de mais recursos humanos e financeiros", comentou.

A extinção da Fundação, segundo Dinarte Madeiro, está fora de cogitação. "Tanto o presidente Collor de Mello quanto o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, são contrários à extinção da Funai", acrescentou. Até 1993, de acordo com a Constituição, a Funai precisa demarcar 154 áreas indígenas. Somente 40% desse território, que corresponde a 9,2% do país, já foi demarcado. Para 1991, está prevista a demarcação de 90 áreas, sendo necessários para isso, segundo Cantídio Guimarães, presidente da Funai,

Cr\$ 4 bilhões.

Demarcação

No Pará, faltam ser demarcadas 19 áreas indígenas — das 53 existentes nos Estados do Pará, Amapá e Maranhão —, totalizando cerca de 10 milhões de hectares. Dinarte Madeiro não soube precisar os recursos necessários à demarcação, "pois esse cálculo é feito em Brasília". Ele adiantou, entretanto, que a proposta da superintendência regional, para 1991, é da ordem de Cr\$ 650 milhões, "mas isso apenas para assistência e manutenção das nove administrações regionais, um núcleo de apoio, 81 postos indígenas e oito casas do Índio, além da sede da superintendência".

Este ano, disse Dinarte Madeiro, foram demarcadas quatro áreas indígenas — duas no Pará e duas no Amapá. No Pará, foram demarcadas as áreas Ajuminã, com 24 mil hectares, e Uaçá, com 464.940 hectares; no Amapá, as áreas Pakicança, com 4.351 hectares, e Arara, com 235.600 hectares.

Desde 1º de março de 1989, a superintendência regional conseguiu reduzir em 70% o índice de mortalidade infantil nas áreas indígenas sob sua jurisdição, aumentou em 80% o índice de natalidade, distribuiu 15 mil vacinas e realizou 12 mil exames laboratoriais e 17 mil tratamentos odontológicos. "Trabalhamos muito, levando em conta os poucos recursos que dispusemos", afirmou Dinarte Madeiro, acrescentando que, se houver uma mudança na superintendência, será "por questões políticas e não técnicas".